




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria das Sessões

ACÓRDÃO Nº 373/2018

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PUBLICADO(A) NO DODF Nº 214

EM 9/21 DE 2018 PÁGINA(S) 41

  
Secretaria das Sessões

**Ementa:** Tomada de contas especial-TCE instaurada para apurar possíveis irregularidades na contratação da empresa MRM Informática e Representações Ltda. (Contrato n.º 12/99-SCS), para a prestação de serviços de digitalização de recortes de jornais com gravação em CD-ROM. Citação dos responsáveis. Improcedência das defesas. Não recolhimento do débito. Julgamento. Contas irregulares.

**Processo TCDF nº** 26065/2005 - Apensos n.ºs: 030.004.594/99 (1vol.), 020.003.047/04 (4 vols.) e 010.000.728/06 (3 vols.).

**Nome/Função/Período:** Feijolita Maria de Souza Brettas (CPF 645.586.731-91), Luis Marcelo de Souza Brettas (CPF 603.309.101-91), Marcelo Wagner de Oliveira Brito (CPF 933.153.41672) e Rubens Gomes Carneiro Filho (CPF 152.953.621-91), sócios da extinta MRM Informática e Representação Ltda.

**Órgão/Entidade:** Secretaria de Estado de Comunicação Social – SECOM.

**Relator:** Conselheiro Manoel de Andrade.

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas.

**Representante do MPJTCDF:** Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

**Síntese da impropriedade:** sobrepreço apurado nos serviços executados por meio do Contrato de Prestação de Serviços n.º 12/99-SCS, celebrado entre a empresa MRM Informática e Representação Ltda. e a então Secretaria de Estado de Comunicação Social.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, em:

- I – com fundamento no art. 17, III, “c”, e 20, da LC n.º 01/94, julgar **irregulares** as contas em apreço;
- II – com esteio no art. 26 da LC n.º 01/94, notifique os responsáveis acima indicados para que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento solidário do débito que lhes é imputado, nos montantes informados a seguir (atualizados até 30.08.2018), alertando-os de que os valores deverão ser atualizados na data da efetiva quitação, nos termos da LC n.º 435/01: **a)** Luis Marcelo de Souza Brettas, Marcelo Wagner de Oliveira Brito e Feijolita Maria de Souza Brettas: R\$ 1.873.594,26; **b)** Sr. Rubens Gomes Carneiro Filho: R\$ 405.267,17;
- III – autorizar, desde já, a cobrança judicial da dívida, com esteio no art. 29, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94, caso a medida prevista no item anterior não surta efeito.

**ATA da Sessão Ordinária nº** 5084, de 30 de outubro de 2018.


**Presentes os Conselheiros:** Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paiva Martins e Márcio Michel.

**Decisão tomada:** por unanimidade.

**Representante do MPJTCDF presente:** Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

  
ANILCÉIA LUZIA MACHADO  
Presidente

  
MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO  
Conselheiro-Relator

  
CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA  
Procuradora-Geral do Ministério Público  
junto à Corte